Acórdão do Tribunal Geral de 14 de dezembro de 2018 — FV/Conselho**(Processo T-750/16) ⁽¹⁾****«Função pública — Funcionários — Artigo 42.º-C do Estatuto — Colocação na situação de licença no interesse do serviço — Igualdade de tratamento — Proibição da discriminação em razão da idade — Erro manifesto de apreciação — Responsabilidade»**

(2019/C 93/57)

Língua do processo: francês

Partes*Recorrente:* FV (representantes: inicialmente L. Levi e A. Tymen, e em seguida L. Levi, advogados)*Recorrido:* Conselho da União Europeia (representantes: M. Bauer e R. Meyer, agentes)*Intervenientes em apoio da recorrida:* Parlamento Europeu (representantes: A. Troupiotis e J. A. Steele, agentes), e Comissão Europeia (representantes: G. Berscheid e D. Martin, agentes)**Objeto**

Pedido apresentado ao abrigo do disposto no artigo 270.º TFUE e destinado, por um lado, à anulação da Decisão do Conselho, de 8 de dezembro de 2015, de colocar a recorrente em situação de licença no interesse do serviço, com fundamento no artigo 42.º-C do Estatuto dos Funcionários da União Europeia e, na medida do necessário, da Decisão de 19 de julho de 2016, que indefere a reclamação apresentada pela recorrente e, por outro lado, à indemnização dos danos que a recorrente alegadamente sofreu.

Dispositivo

- 1) É anulada a Decisão de 8 de dezembro de 2015 que colocou FV em situação de licença no interesse do serviço.
- 2) É negado provimento ao recurso quanto ao restante.
- 3) O Conselho da União Europeia suporta as suas próprias despesas e as despesas efetuadas por FV.
- 4) O Parlamento Europeu e a Comissão Europeia suportarão as suas próprias despesas.

⁽¹⁾ JO C 6, de 9.1.2017.

Acórdão do Tribunal Geral de 15 de janeiro de 2019 — HJ/EMA**(Processo T-881/16) ⁽¹⁾****«Função pública — Agentes temporários — Inadmissibilidade parcial — Pedido de injunção — Acesso dos funcionários ao seu dossiê pessoal — Artigos 26.º e 26.º-A do Estatuto — Acesso aos documentos — Regulamento (CE) n.º 1049/2001 — Acesso ao dossiê pessoal por todos os membros do pessoal da EMA — Proteção das pessoas singulares relativamente ao tratamento dos dados de caráter pessoal pelas instituições e órgãos da União — Responsabilidade — Dano moral»**

(2019/C 93/58)

Língua do processo: francês

Partes*Demandante:* HJ (representantes: L. Levi e A. Blot, advogados)